



Estratégia
CONCURSOS

Aula 01

Contabilidade Geral p/ Auditor Fiscal do Trabalho - AFT 2017 (Com videoaulas)

Professores: Gabriel Rabelo, Júlio Cardozo, Luciano Rosa

AULA 01: 2. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS FUNDAMENTAIS (APROVADOS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 750/1993, ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.282/2010.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	1
2	RESOLUÇÃO N. 750/93 DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (ATUALIZADA)	1
2.1	CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA.....	1
2.2	CAPÍTULO II - DA CONCEITUAÇÃO, DA AMPLITUDE E DA ENUMERAÇÃO	2
3	SEÇÃO I - O PRINCÍPIO DA ENTIDADE.....	3
4	SEÇÃO II - O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE.....	5
5	SEÇÃO III - O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE	6
6	SEÇÃO IV - O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL.....	7
7	SEÇÃO VI - O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, REGIME DE COMPETÊNCIA X REGIME DE CAIXA.....	14
8	SEÇÃO VII - O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA.....	17
9	PRINCIPAIS ASPECTOS DA RESOLUÇÃO 1.282/2010 DO CFC	18
10	RESUMO DOS PONTOS ABORDADOS NESTA AULA	18
11	MAPA MENTAL DESTA AULA	21
12	QUESTÕES COMENTADAS – PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	22
13	QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	48
14	GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA.....	56

1 APRESENTAÇÃO

Olá, meus amigos. Como estão?!

É com um imenso prazer que estamos aqui, no **Estratégia Concursos**, para mais uma aula de **Contabilidade Geral** para **Auditor Fiscal do Trabalho**.

Hoje, falaremos sobre um tema basilar para o entendimento da disciplina. São os chamados **Princípios de Contabilidade**, estatuídos na **Resolução n. 750/93** do CFC.

2 RESOLUÇÃO N. 750/93 DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (ATUALIZADA)

2.1 CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA

Art. 1º Constituem Princípios de Contabilidade (PC) os enunciados por esta Resolução.

§ 1º A observância dos Princípios de Contabilidade é **obrigatória no exercício da profissão** e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Antes os princípios eram chamados de **princípios fundamentais da contabilidade**. Com a mudança, passam a ser tratados como **princípios de contabilidade**.

Com efeito, se sou contabilista legalmente habilitado, deverei observar sempre a aplicação dos princípios de contabilidade quando do exercício da profissão.

De igual sorte, quando da elaboração de alguma norma de contabilidade, os órgãos que a emitir deverá sempre o fazer em consonância com os princípios de contabilidade.

§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade **há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais**. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)



A essência deve prevalecer sobre a forma!

Como exemplo deste parágrafo temos a seguinte situação: em regra, os bens registrados contabilmente na empresa são os de propriedade da empresa. Contudo, na situação de arrendamento mercantil (leasing) financeiro, embora o imobilizado não seja de propriedade formal da empresa, por ser muito provável que a empresa adquirirá o bem ao final do contrato, o registro é feito no arrendatário, considerando a essência sobre a forma.

Assim, quando ALFA promove o arrendamento de um veículo de BETA e este arrendamento caracteriza-se, nos termos do CPC 06, como um arrendamento mercantil financeiro, devemos considera-lo como um ativo (entenda-se ativo por bens e direitos) de ALFA, mesmo que juridicamente seja uma propriedade de BETA. Esta é, pois, uma exceção à regra de que na contabilidade devemos registrar somente os bens, direitos e obrigações da entidade que elabora as demonstrações contábeis.

2.2 CAPÍTULO II - DA CONCEITUAÇÃO, DA AMPLITUDE E DA ENUMERAÇÃO

Art. 2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo **objeto é o patrimônio das entidades**. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)



A importância deste artigo está em enaltecer a importância dos princípios de contabilidade, sendo a **essência** das doutrinas e teorias das ciências contábeis. Reconhece, ainda, o **patrimônio como objeto de estudo da Contabilidade**.

Continuemos...

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

- 1) da Entidade;
- 2) o da Continuidade;
- 3) o da Oportunidade
- 4) o do Registro Pelo Valor Original;
- 5) ~~da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;~~ (Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10)
- 6) o da Competência
- 7) o da Prudência.

Decorem! São princípios da contabilidade:

Entidade	Continuidade	Oportunidade
Registro pelo Valor Original	Competência	Prudência

Antes das alterações possuíamos sete princípios de Contabilidade. Agora, restaram-nos somente seis. **O princípio da atualização monetária foi incorporado ao princípio do registro pelo valor original.**

3 SEÇÃO I - O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Art. 4º O Princípio da entidade reconhece o **Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial**, a necessidade da **diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes**, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

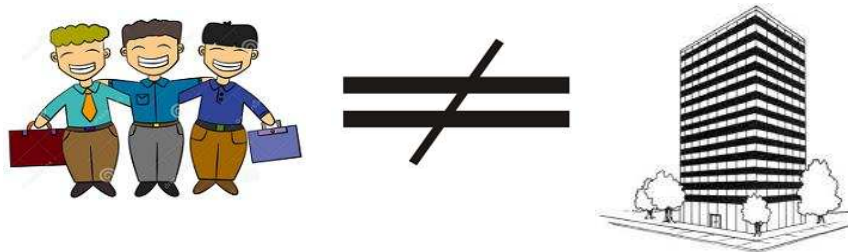
Com base no artigo 4º, os **principais pontos sobre o princípio da entidade** são:

Princípio da entidade
Reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade
Afirma a autonomia patrimonial
Diferencia o patrimônio particular do patrimônio da sociedade
Patrimônio pertence à entidade. Entidade não pertence ao patrimônio

Soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas unidade de natureza econômico contábil



Quando A e B celebram contrato para constituir a sociedade Celta LTDA e entregam para esta entidade cada um o montante de R\$ 100.000,00, não poderão, a seu bel prazer e a qualquer tempo, reaver tal dinheiro em caso de necessidade. Uma vez constituída Celta LTDA, passa a existir distinção entre a sociedade e a figura de seus sócios. No direito empresarial, tal distinção é conhecida como **princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica**. Para nós, na contabilidade, será chamada de **princípio da entidade**.



O cerne deste princípio está em **separar o patrimônio dos sócios do patrimônio da pessoa jurídica**. É a pessoa jurídica que é objeto de direito, e não os seus sócios. Assim, é a sociedade que realiza a compra de mercadorias, pertencendo a ela (e não aos sócios) o produto que fora comprado. As receitas são reconhecidas pela entidade também e não como patrimônio pessoal dos sócios e assim por diante. Portanto, peca contabilmente o empresário individual que utiliza do dinheiro da empresa com a finalidade de efetuar pagamento de contas pessoais.

Acerca do parágrafo único, façamos as considerações pertinentes. O parágrafo único do artigo 4º propõe que o "patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil". Imagine-se que uma pessoa jurídica possui um estabelecimento empresarial. Suponhamos que essa empresa possua um carro. Ora, este carro pertence à empresa, mas a empresa não pertence a este carro, de modo que pode o veículo sofrer operações como compra/venda, permuta, etc, sem que se altere a natureza da empresa. Assim, concluímos que **o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira**.

A segunda parte da norma diz que a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. Por exemplo. Em alguns casos, a legislação manda que sejam elaboradas demonstrações consolidadas entre determinadas entidades, como empresas controladas ou coligadas com influência significativa, nos termos do CPC 36. Grosso modo, a consolidação das demonstrações contábeis é a união de demonstrações contábeis de entidade distintas numa só demonstração. Nesta hipótese não teremos uma nova entidade, mas somente uma unidade de

natureza econômico-contábil, que será evidenciada, por exemplo, pelas demonstrações consolidadas.



(FGV/Oficial de Chancelaria/MRE/2016) A Alfa & Beta Ltda. é uma empresa familiar de médio porte gerida por dois irmãos em sucessão aos seus pais. Após assumirem a gestão, adotaram algumas medidas com o objetivo de facilitar o controle das transações que afetavam a situação patrimonial da empresa. Uma das medidas foi o registro de despesas pessoais dos sócios apenas quando do seu efetivo pagamento. Essa medida está em desacordo com o princípio do (a):

- a) entidade;
- b) prudência;
- c) oportunidade;
- d) valor original;
- e) unidade de caixa.

Comentários:

Uma vez que estavam registrando despesas dos sócios como se da entidade fossem, há grave ofensa ao princípio da entidade.

Gabarito → A.

4 SEÇÃO II - O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade **continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)



A empresa deve ser avaliada e escriturada na suposição de que a entidade não será extinta, está em funcionamento contínuo.

Princípio da Continuidade



O princípio da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa.

Basicamente, **todo o ativo fica registrado por valores de entrada**. Por exemplo, se eu comprei mercadorias por R\$ 10.000,00, deverei registrá-las inicialmente no meu balanço patrimonial por este valor (preço de entrada). As máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa.

Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

Assim, **na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída**.

No caso do passivo (obrigações da entidade), se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passam a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim, vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).

5 SEÇÃO III - O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua **relevância**, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Informação

Íntegra

Tempestiva

A informação contábil necessita ser **tempestiva e íntegra** (essas são as duas palavras chaves). A tempestividade ajuda de modo consistente na produção de informação para a tomada de decisões acertadas. Quanto mais tempestiva (rápida) uma informação, mais subjetiva ela se torna, uma vez que a rápida produção de uma informação contábil pode estar desprovida de elementos que provem sua integridade e confiabilidade, e vice-versa.

Por exemplo, uma S/A anuncia a venda de uma filial no momento em seguida à realização da venda (logo após fechar o negócio). O anúncio é feito verbalmente na imprensa, sem explicar pormenorizadamente a situação. Essa informação foi tempestiva (até demais), porém, não foi íntegra, pois não se pautou em documentos, notas, contratos, que são documentos que garantiriam a fidedignidade da informação contábil. Por isso, deve-se fazer a **ponderação** entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Anote-se que **a relevância** está ligada ao princípio da oportunidade, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação

6 SEÇÃO IV - O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser **inicialmente registrados pelos valores originais das transações**, expressos em moeda nacional.

Os fatos contábeis serão registrados pelo seu valor original. Exemplo: Se compramos um carro por R\$ 30.000,00, esse é o valor que deverá constar no registro inicial na contabilidade, o chamado **custo histórico**.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **Custo histórico**. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa **ou pelo valor justo** dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

Atentem-se! O custo histórico (inicial) pode ser tanto o valor pago ou a ser pago, como também o valor justo (valor de mercado) dos recursos que são entregues. Depende de como será registrado o item.

Custo histórico	
Ativo	Valor pago
	Valor a ser pago
	Valor justo ("valor de mercado")
Passivo	Valor recebido em troca da obrigação
	Valor necessário para liquidar o passivo

Exemplifiquemos. Compramos um veículo por R\$ 30.000,00. Este é o custo histórico, pois é o valor pago (em caixa) para aquisição deste ativo. Se adquirimos mercadorias, por R\$ 50.000,00, este é o nosso custo histórico, pois é o quanto será necessário para liquidar este passivo no curso normal das operações (o quanto sairá do caixa). Todavia, estes valores podem sofrer variações. São as chamadas variações do custo histórico a que o CFC 750 alude no item II a seguir. São variações do custo histórico: **custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo e atualização monetária.**

Atenção! Cada tipo de ativo/passivo estará sujeito a uma ou mais espécies de variações, mas não necessariamente todas. Isso será estudado com maior profundidade ao longo do curso. Mas é essencial que fique claro desde já. Por exemplo, o veículo adquirido acima está sujeito ao teste de recuperabilidade (previsto no artigo 183, §3º da Lei 6.404/76 e regulamentando no CPC 01). Se, ao longo da vida útil, percebemos que não recuperaremos com este veículo o valor pelo qual ele está registrado (valor recuperável), mas somente R\$ 25.000,00, faremos um ajuste em seu custo histórico, para adequá-lo ao valor recuperável. Vocês não precisam, neste momento, se preocupar em entender o valor recuperável propriamente dito. Apenas entender que pode haver uma ou mais variações do custo histórico. Não trabalhamos, neste caso, com o conceito de valor presente, valor justo, atualização monetária e custo corrente. A este caso aplicou-se tão-somente o ajuste a valor recuperável. É essencial que isso fique claro.

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente.** Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na **data ou no período das demonstrações contábeis**. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

Custo corrente	
Ativo	Valor a ser pago na data das demonstrações
Passivo	Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações

O que vem a ser o custo corrente? Vejamos.

Os estoques são contabilizados pelo valor de compra (valor original). Depois, devem ser avaliados pela regra **custo ou mercado, dos dois o menor**. Atualmente, o “valor de mercado” é chamado de “valor justo”. Então agora temos **custo ou valor justo, dos dois o menor**.

Pois bem. Imagine-se que uma empresa comprou matéria prima, digamos, comprou ácido sulfônico para usar em alguns produtos químicos.

Chegado a época de fechar o balanço, a empresa ainda tem ácido sulfônico em estoque.

O que seria o valor justo para o ácido sulfônico?

Se a empresa não costuma vender esse material, não podemos usar o valor que a empresa conseguiria numa eventual venda de ácido sulfônico. Se ela não tem tradição, não fabrica ácido sulfônico, não conhece ou não tem relacionamento comercial com possíveis compradores desse produto, então o preço que ela poderia estimar numa eventual venda não é o valor justo (provavelmente seria menor que o valor justo).

Assim, para as matérias primas, o valor justo é o valor que a empresa iria gastar para comprar o produto dos fabricantes/vendedores de ácido sulfônico.

Veja o texto da lei 6404/76:

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

O que isso tem a ver com o custo corrente?

Veja a definição de custo corrente: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

Ou seja, o custo corrente é o custo de reposição, ou melhor, o valor que a empresa pagaria hoje pela matéria prima, se fosse comprá-la.

Os estoques destinados à venda (estoques de produtos acabados) só podem gerar dinheiro (futuros benefícios econômicos) para a empresa com a venda.

No caso de matéria prima, elas podem ser vendidas **ou** podem ser usadas na fabricação de produtos acabados.

Vamos voltar ao exemplo do ácido sulfônico: se o valor do estoque for de R\$ 10.000, e o custo corrente (custo de reposição, o preço que vai custar para comprar mais ácido sulfônico) cair e for de R\$ 9.500, em princípio, deveríamos reconhecer uma perda (debita “despesa com perda em estoque – resultado” e credita “ajuste para perdas prováveis em estoque – retificadora do ativo).

Mas se os produtos nos quais o ácido sulfônico não tiver queda de preço, então não há perda.

É semelhante ao teste de recuperabilidade, temos o valor realizável líquido (no caso é o custo corrente) e o valor em uso (referente ao uso da matéria prima para fabricar os produtos acabados).

b) **Valor realizável.** Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela **venda em uma forma ordenada**. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no **curso normal das operações da Entidade**;

Valor realizável	
Ativo	Valor obtido em uma venda de forma ordenada
Passivo	Valor pago para liquidar obrigação no curso normal do negócio

Suponha que a empresa Alfa tenha mercadorias registradas por R\$ 100,00. O CPC 16, que trata sobre estoques, prescreve:

9. Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O próprio CPC traz uma noção do que diz ser valor realizável:

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Se, por exemplo, este estoque só puder ser vendido por R\$ 90,00, com despesas de vendas de R\$ 5,00, nosso valor realizável líquido será, portanto, de R\$ 85,00.

c) **Valor presente.** Os ativos são mantidos pelo valor presente, **descontado** do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera

seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

Em lição comezinha, valor presente, como o próprio nome sugere, é quanto vale **hoje** um ativo ou passivo pertencente à empresa. O ajuste a valor presente está previsto na Lei 6.404/76 para ativos e passivos de longo prazo e para os de curto prazo (estes apenas quando houver efeito relevante) – artigo 183, VIII e artigo 184, III, do seguinte modo:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Se tenho um ativo de longo prazo, uma duplicata a receber, por exemplo, no valor de R\$ 200.000,00, com juros sobre este valor de R\$ 50.000,00. Qual o seu valor presente? É no valor de R\$ 150.000,00.

d) **Valor justo.** É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

Valor justo	
Ativo	Ativo pode ser trocado em transação sem favorecimentos
Passivo	Passivo pode ser liquidado em transação sem favorecimentos

Valor justo de um ativo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. A norma diz a palavra “trocado”. Lembre-se, contudo, que essa troca do ativo pode ser realizada entre ativo x dinheiro, o que configuraria uma venda. Geralmente esse valor justo vai corresponder ao valor de mercado. Uma pessoa quer comprar algo, procura alguém que tenha esse algo e tenha também interesse na venda, fecham um negócio naturalmente, sem influências um sobre o outro. Esse é o valor justo.

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu **valor justo**, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda;

Gravem essa sutil **diferença entre custo corrente, valor realizável e valor justo**:

Custo corrente	• Valor na data das demonstrações contábeis
Valor realizável	• Valor específico para a entidade
Valor justo	• Valor de mercado "geral"

Observação: nós fizemos um vídeo e disponibilizamos no **YouTube** que discrimina bem essa diferença entre os itens. Você pode assistir [clcando aqui!](#)



(CESPE/Analista/STJ/2015) Em 15/7/2015, uma empresa adquiriu, à vista, mercadorias para revenda no valor unitário de R\$ 7,00, contemplando todos os custos de aquisição. Em 31/7/2015, o preço de reposição unitário das referidas mercadorias havia alcançado o valor de R\$ 7,80, ao passo que o preço de venda unitário estimado da mercadoria era R\$ 12,50, e o gasto estimado necessário para a concretização da venda era R\$ 1,50 por unidade. Em uma transação sem favorecimentos, cada uma dessas mercadorias poderia ser trocada no mercado pelo valor de R\$ 12,50 no último dia do mês de julho de 2015.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o próximo item, considerando os princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

1) Em 31/7/2015, o valor justo de cada unidade da mercadoria adquirida era R\$ 11,00.

2) Em 31/7/2015, o custo corrente unitário das mercadorias adquiridas era R\$ 7,80.

3) Em atendimento ao princípio do registro pelo valor original, que indica o custo histórico como a base de mensuração a ser utilizada para o registro inicial dos componentes patrimoniais, cada unidade da mercadoria adquirida deve ser reconhecida ao preço de R\$ 7,00.

Comentários:

Custo histórico → 7,00.

Custo corrente → Preço de reposição → 7,80

Valor realizável → 12,50

Valor realizável líquido de despesa de venda → $12,50 - 1,50 = 11,00$

Valor justo → Trocada no mercado → 12,50

Item 1, portanto, incorreto.

Item 2, portanto, correto.

Item 3, portanto, correto.

Por fim, vejamos a atualização monetária:

e) **Atualização monetária.** Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

O princípio da atualização monetária continua com o mesmo teor do que prescrevia a Resolução 750/93 antes do CFC 1.282/10. O que houve foi a mudança de posicionamento, tornando-se “espécie” do genérico princípio do Registro pelo Valor Original.

(CESPE/Analista/MPU/2015) Nos casos em que são aplicados indexadores em contas de ativo com a intenção de representar a variação do poder aquisitivo

da moeda corrente, em determinado período, há observância do princípio do registro pelo valor original.

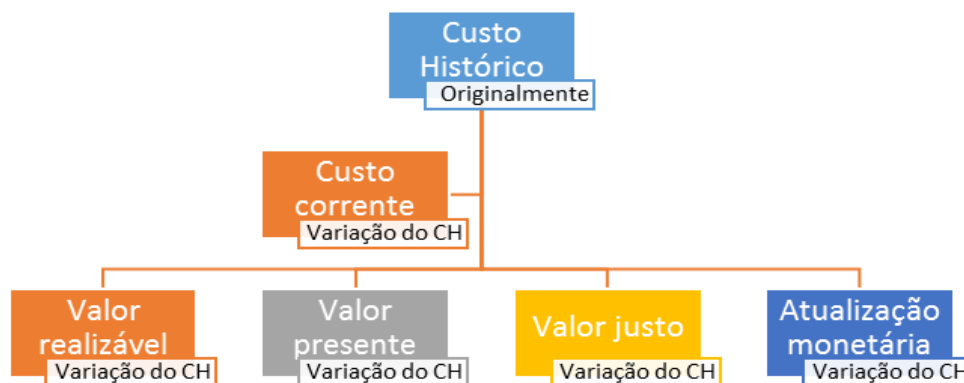
Comentários: Segundo a Resolução 750/93:

e) **Atualização monetária.** § 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Pessoal, se há um contrato em que existe cláusula de atualização monetária, não há nada de errado com este instrumento. Todavia, a atualização monetária tem de ser usada com certa reserva na contabilidade. Isso ficará mais claro quando estudarmos balanço patrimonial.

Gabarito → Correto.



7 SEÇÃO VI - O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, REGIME DE COMPETÊNCIA X REGIME DE CAIXA

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, **independentemente do recebimento ou pagamento.**

Pessoal, uma entidade com fins lucrativos, para sobreviver, basicamente, precisa gerar receitas. E, para que haja prosperidade, essas receitas precisam suplantam as despesas. Na contabilidade, as receitas (por exemplo, receita de vendas, receita de alugueis, receita de juros) e as despesas (por exemplo, custo da mercadoria vendida, despesas com comissão, ICMS sobre vendas) devem ser reconhecidas segundo o **princípio da competência.**

O princípio da competência pressupõe a adoção do regime de competência. Em contraposição ao regime de caixa, que é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu **recebimento ou pagamento**, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Regime de competência é o que apropria receitas e despesas ao **período de sua realização, independentemente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas**.



(CESPE/Contador/DPU/2016) Conforme os princípios da prudência e da oportunidade, os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Comentários: O item está incorreto, haja vista que versa sobre o princípio da competência.

A **Lei 6.404/76 é clara ao exigir que as demonstrações contábeis sejam elaboradas conforme o regime de competência**. Senão vejamos.

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o **regime de competência**.

O regime a ser utilizado na contabilidade é o de competência. Assim, se temos uma conta de luz que vence em janeiro de 2010, referente a janeiro de 2010, devemos lançar este valor como despesa em janeiro de 2010, mesmo se o pagamento se der, por exemplo, só em março de 2010.

Se anteciparmos o pagamento de um empregado em junho de 2011, por um serviço que ele prestará somente em março de 2012, a despesa com salário só será lançada em março de 2012, pois é nesse período que houve a efetiva despesa. Funciona, resumidamente, deste modo:

Regime de competência (princípio da competência): temos de olhar para o mês ao qual a conta se refere (o mês da prestação do serviço, o mês em que foi utilizada a luz, a água, recebida a mercadoria, etc). Não importa a data em que foi pago/recebido em espécie o valor.

Por exemplo: Recebimento da fatura de luz em dezembro de 2009, referente ao mês de novembro de 2009, para pagamento em janeiro de 2010. Quando lançaremos como despesa de acordo com o regime de competência?

Ora, temos de procurar a quando a prestação, fatura, se refere. Utilizamos a luz em novembro. Então, em novembro devemos lançar como despesa, pelo lançamento:

D – Despesa com energia elétrica (Despesa – Resultado)

C – Contas a pagar (Passivo)

Aí, quando do pagamento, vamos fazer o lançamento para dar baixa no passivo, assim:

D – Contas a pagar XXXXX

C – Caixa XXXXX

Não se preocupem com os lançamentos, pois serão estudados a partir da aula seguinte!

Regime de caixa: é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Assim, para o regime de caixa, se o salário foi pago em dezembro, é neste mês que devemos considerar a despesa como incorrida. Se uma venda teve seu recebimento em janeiro, independentemente se a entrega das mercadorias for a *posteriori*, reconheceremos a receita em janeiro! E assim por diante.

Continuemos o estudo da Resolução 750/93:

Art. 9º. Parágrafo único. **O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.** (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10).

Assim, quando realizo a venda de uma mercadoria e procedo à sua entrega, devo reconhecer simultaneamente a receita de vendas e todas as despesas que correspondam a essa venda.

Atenção: O regime a se utilizar na contabilidade é o da competência, que contabiliza receitas e despesas quando incorridas. Todavia, as micro e pequenas empresas podem se utilizar do **regime de caixa**.

Dispõe a Resolução n. 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional que:

Art. 61. A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá adotar para os registros e controles das operações e prestações por ela realizadas: (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 26, §§ 2.º e 4.º)

I - Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira e bancária;

(...)

§ 3.º A apresentação da escrituração contábil, em especial do Livro Diário e do Livro Razão, dispensa a apresentação do Livro Caixa.

O livro caixa escritura receitas e despesas conforme haja pagamento ou recebimento. Por seu turno, livros diário e razão coadunam com o princípio da competência. Portanto, a questão tomou como absoluto algo que comporta uma pequena exceção.

Portanto, o correto é usar o regime de competência. Mas imagine uma pequena papelaria, ou um boteco, ou qualquer pequeno negócio. Geralmente, não dá para contratar um contador para seguir à risca o regime de competência. Assim, o fisco aceita que esses pequenos negócios usem o regime de caixa (livro caixa). O imposto é calculado sobre a receita recebida. O regime de competência deveria ser a regra. Mas, se não der para usar o método contábil, usa o que é possível, que é o livro caixa.

8 SEÇÃO VII - O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a **adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo**, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Prudência

Menor valor
para ativos

Maior valor
para passivos

O entendimento é o seguinte: quando se apresentem alternativas válidas para quantificação das mutações patrimoniais que alterem o PL, escolhe-se o **menor valor para o ativo, e maior valor para o passivo**. Assim, se é possível que a conta clientes fique avaliada pelo total de vendas, no montante de R\$ 100.000,00, mas, se é possível também estimar que 5% desses valores não serão recebíveis, deveremos fazer a provisão adequada, em homenagem ao princípio da prudência.

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo

maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Neste parágrafo único o princípio da Prudência adverte sobre o cuidado a ser tomado quando da utilização de valorações de ativos e passivos que envolvam condições de incerteza, isto é, de subjetividade. Assim, ao mesmo tempo em que o contabilista reconhece as variações patrimoniais decorrentes, por exemplo, da ação do tempo, intempéries (como a depreciação), em virtude do princípio do registro pelo valor original deve ter o zelo necessário para retratar sempre a realidade existente na empresa.

Atenção: O princípio da prudência tem o condão de evitar que:

- Ativos e receitas: sejam superestimados.
- Passivos e despesas: sejam subestimados.

9 PRINCIPAIS ASPECTOS DA RESOLUÇÃO 1.282/2010 DO CFC

- 1 – Mudança de nomenclatura: os princípios não são mais denominados princípios fundamentais de contabilidade, mas tão-somente princípios de contabilidade.
- 2 – Possuíamos 7 princípios, agora são somente 6, a saber: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência.
- 3 – O princípio da atualização monetária foi incorporado ao do registro pelo valor original.

10 RESUMO DOS PONTOS ABORDADOS NESTA AULA

Princípio da entidade.

Quando A e B celebram contrato para constituir uma sociedade LTDA e entregam para esta entidade cada um o montante de R\$ 100.000,00, não poderão, a seu bel prazer e a qualquer tempo, reaver tal dinheiro em caso de necessidade. Uma vez constituída, passa a existir distinção entre a sociedade e a figura de seus sócios. No direito empresarial, tal distinção é conhecida como **princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica**. Para nós, na contabilidade, será chamada de **princípio da entidade**.

O cerne deste princípio está em **separar o patrimônio dos sócios do patrimônio da pessoa jurídica**.

É a pessoa jurídica que é objeto de direito, e não os seus sócios. Assim, é a sociedade que realiza a compra de mercadorias, pertencendo a ela (e não aos sócios) o produto que fora comprado. As receitas são reconhecidas pela entidade também e não como patrimônio pessoal dos sócios e assim por diante.

Princípio da continuidade.

A empresa deve ser avaliada e escriturada na suposição de que a entidade não será extinta, está em funcionamento contínuo. O princípio da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa. Basicamente, **todo o ativo fica registrado por valores de entrada.** Por exemplo, as máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa. Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

Assim, **na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.**

No caso do passivo, se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passam a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim, vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).

Princípio da oportunidade.

A informação contábil necessita ser **tempestiva e íntegra** (essas são as duas palavras chaves). A tempestividade ajuda de modo consistente na produção de informação para a tomada de decisões acertadas. Quanto mais tempestiva (rápida) uma informação, mais subjetiva ela se torna, uma vez que a rápida produção de uma informação contábil pode estar desprovida de elementos que provem sua integridade e confiabilidade, e vice-versa.

Por exemplo, uma S/A anuncia a venda de uma filial no momento em seguida à realização da venda (logo após fechar o negócio). O anúncio é feito verbalmente na imprensa, sem explicar pormenorizadamente a situação. Essa informação foi tempestiva (até demais), porém, não foi íntegra, pois não se pautou em documentos, notas, contratos, que são documentos que garantiriam a fidedignidade da informação contábil. Por isso, deve-se fazer a **ponderação** entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Princípio do registro pelo valor original.

Os fatos contábeis serão registrados pelo seu valor original! Exemplo: Se compramos um carro por R\$ 30.000, esse é o valor que deverá constar na contabilidade, o chamado **custo histórico**.

Custo histórico

Ativo	Valor pago
	Valor a ser pago
	Valor justo ("valor de mercado")
Passivo	Valor recebido em troca da obrigação
	Valor necessário para liquidar o passivo

Custo corrente	
Ativo	Valor a ser pago na data das demonstrações
Passivo	Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações

Valor realizável	
Ativo	Valor obtido em uma venda de forma ordenada
Passivo	Valor pago para liquidar obrigação no curso normal do negócio

Valor justo	
Ativo	Ativo pode ser trocado em transação sem favorecimentos
Passivo	Passivo pode ser liquidado em transação sem favorecimentos

Princípio da competência.

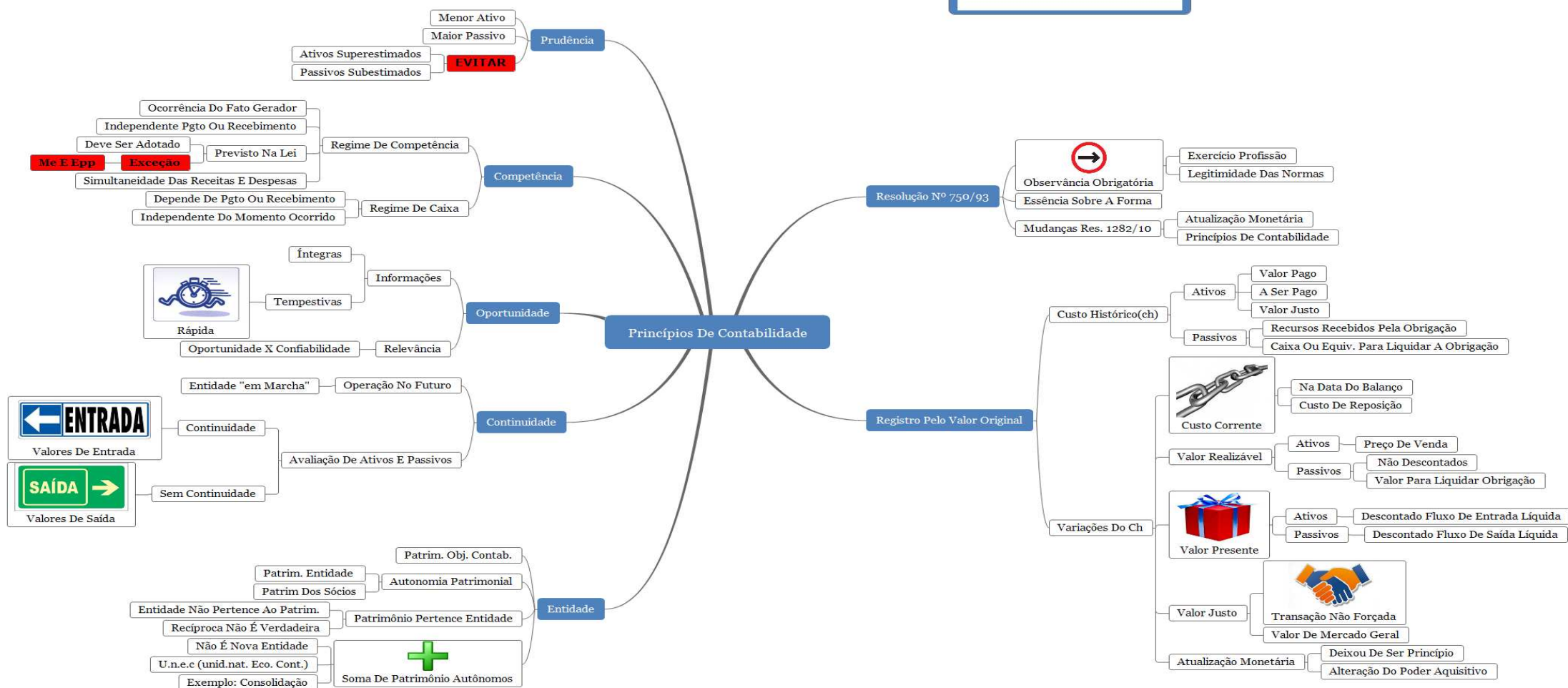
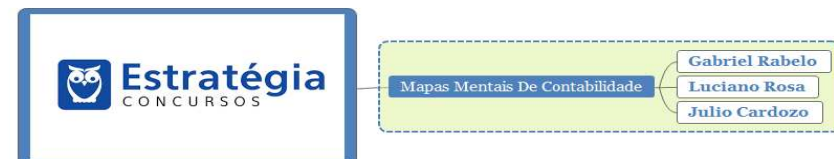
O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, **independentemente do recebimento ou pagamento.**

Exemplificando, se a remuneração de pessoal de uma empresa referente ao mês de dezembro de 2010 atrasar. O pagamento só vai ocorrer em janeiro de 2011. Quando será feito o registro na Contabilidade? Ora, o pagamento se referirá a que mês? Em que mês houve o fato gerador dessa despesa? Bem, em dezembro. Logo, dar-se-á o registro contábil ainda no mês de dezembro, independentemente do pagamento. O mesmo vale para as receitas.

Princípio da prudência.

O entendimento é o seguinte: quando se apresentem alternativas válidas para quantificação das mutações patrimoniais que alterem o PL, escolhe-se o **menor valor para o ativo, e maior valor para o Passivo.** Assim, se é possível que a conta clientes fique avaliada pelo total de vendas, no montante de R\$ 100.000,00, mas, se é possível também estimar que 5% desses valores não serão recebíveis, deveremos fazer a provisão adequada, em homenagem ao princípio da prudência.

11 MAPA MENTAL DESTA AULA



12 QUESTÕES COMENTADAS – PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

1) **(CESPE/Contador/DPU/2016)** Conforme o princípio patrimonialista, o patrimônio é o objeto da contabilidade.

Comentários:

O item está incorreto. Não há, na Resolução 750/93, o chamado princípio patrimonialista. Conforme o princípio da entidade, o patrimônio é o objeto da contabilidade.

Art. 4º O Princípio da entidade reconhece o **Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial**, a necessidade da **diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes**, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Gabarito → Errado.

2) **(CESPE/Contador/DPU/2016)** O princípio da competência, que se refere à simultaneidade do reconhecimento de receitas e despesas correlatas, deve ser observado ao se elaborar a demonstração do resultado do exercício.

Comentários:

O item está correto. Na contabilidade, vige o chamado princípio da competência, que reconhece as receitas e despesas quando incorridas, independentemente de pagamento ou recebimento.

Ocorre que, conforme veremos, as receitas e despesas são contas que são lançadas na demonstração utilizada para se apurar o lucro ou prejuízo do exercício. Essa demonstração é a demonstração do resultado do exercício.

Gabarito → Correto.

3) **(CESPE/Contador/DPU/2016)** Conforme os princípios da prudência e da oportunidade, os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do

recebimento ou pagamento.

Comentários:

O item está incorreto. Como dissemos, tal princípio, que reconhece que os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, é o princípio da competência.

Gabarito → Errado.

4) **(CESPE/Analista/MPU/2015)** De acordo com a Resolução CFC n.º 750/1993, a observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

É possível vislumbrar a capacidade futura de geração de caixa de uma empresa ao se utilizar o princípio da competência como pressuposto para os registros contábeis.

Comentários

Como dissemos, as demonstrações contábeis devem ser registradas pelo princípio da competência. Com efeito, se já tiver ocorrido a entrega de um produto, ainda que seja uma venda a ser recebida em 12 prestações, devemos reconhecer a receita integralmente. Desta feita, é plenamente possível vislumbrar a capacidade futura de geração de caixa, já que, embora reconhecida a receita, ainda não houve entrada de toda o dinheiro em caixa.

Gabarito → Correto.

5) **(CESPE/Analista/MPU/2015)** De acordo com a Resolução CFC n.º 750/1993, a observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

Nos casos em que são aplicados indexadores em contas de ativo com a intenção de representar a variação do poder aquisitivo da moeda corrente, em determinado período, há observância do princípio do registro pelo valor original.

Comentários

Segundo a Resolução 750/93, princípio do registro pelo valor original, subprincípio da atualização monetária:

e) **Atualização monetária.** Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – **a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.** (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Gabarito → Correto.

6) **(CESPE/SUFRAMA/Técnico de Contabilidade/2014)** Com relação aos princípios de contabilidade aprovados e divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue o item subsecutivo.

Dado o princípio do registro pelo valor original, os ativos devem ser inicialmente registrados pelo valor do desembolso necessário a sua aquisição, podendo, entretanto, ser mensurados pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los.

Comentário:

Conforme o Princípio do Registro pelo Valor Original:

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos **valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição.**

Gabarito → Correto.

7) **(CESPE/SUFRAMA/Técnico de Contabilidade/2014)** Com relação aos princípios de contabilidade aprovados e divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue o item subsecutivo.

Em obediência ao princípio contábil da entidade, o conglomerado econômico deve elaborar um balanço patrimonial consolidado no qual seu patrimônio seja representado adequadamente, com as adições e exclusões que o processo de consolidação exige.

Comentário:

O que determina a consolidação de balanços é a relação de controle entre duas empresas, e não o Princípio da Entidade.

Vejamos novamente o que diz o referido princípio:

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da **diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes**, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Gabarito → Errado .

8) **(CESPE/SUFRAMA/Técnico de Contabilidade/2014)** Com relação aos princípios de contabilidade aprovados e divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue o item subsecutivo.

A relevância está relacionada ao princípio da oportunidade, mas condicionada à confiabilidade da informação que será divulgada.

Comentário:

Conforme o Princípio da Oportunidade:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua **relevância**, por isso é necessário **ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação**. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Gabarito → Correto.

9) **(CESPE/TC-DF/ACE/2014)** Com relação aos princípios e aos regimes contábeis e às características qualitativas da informação contábil, julgue o item a seguir.

A relação entre confiabilidade e oportunidade da informação contábil é a base principal para a aplicação do princípio do registro pelo valor original.

Comentário:

A assertiva está errada. “Confiabilidade e oportunidade” referem-se ao princípio da oportunidade, confira:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário **ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação**. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Assim, a referência ao princípio do Registro pelo Valor Original está incorreta.

Gabarito → Errado.

10) **(CESPE/Contador/PF/2014)** Julgue o seguinte item, tendo como parâmetro os princípios contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

De acordo com o princípio da prudência, o contador deve utilizar certo grau de precaução nos julgamentos com vistas à realização de estimativas em condições de incerteza, de modo a evitar que ativos e receitas sejam subestimados e que passivos e despesas sejam superestimados.

Comentários

O item está incorreto.

O princípio da prudência tem o condão de evitar que:

- Ativos e receitas: sejam superestimados.
- Passivos e despesas: sejam subestimados.

Gabarito → Errado.

11) **(CESPE/Auditor Fiscal do Trabalho/2013)** Julgue o próximo item, relativo aos princípios de contabilidade fixados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O cumprimento do princípio da prudência é indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

Comentários:

Conforme o Princípio da Prudência:

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

A questão remete à redação anterior da resolução 750/93, a qual foi revogada pela resolução CFC nº 1.282/10:

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA. (Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Gabarito → Errado.

12) **(CESPE/Auditor Fiscal do Trabalho/2013)** Conforme o princípio contábil da entidade, a soma ou agregação contábil não resulta em uma nova entidade, mas em uma unidade de natureza econômico-financeira.

Comentários

O gabarito preliminar foi “certo”. Conforme dissemos durante a aula, se duas entidades são obrigadas a publicar demonstrações consolidadas, não significa que elas se tornarão um único ente.

Mas vejamos o parágrafo único do art. 4 da Resolução 750/93:

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil **de patrimônios autônomos** não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

A banca escreveu “natureza econômico-financeira”, e consta na resolução “natureza econômico-contábil”. Isso não configura um erro, pois as duas expressões são consideradas equivalentes.

Mas a banca anulou a questão, com a seguinte justificativa:

“A ausência do termo “patrimônios autônomos” tornou o item incompleto, o que dificultou sua análise por parte dos candidatos. Por este motivo, opta-se por sua anulação”.

Gabarito preliminar → Correto.

Gabarito definitivo → Anulada

13) **(CESPE/DPF/Perito - Área 1/2013)** Julgue o item seguinte, de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Considere que o contador de determinada sociedade empresária tenha observado ser possível utilizar três opções para quantificar as mutações patrimoniais, todas igualmente válidas, de acordo com as normas contábeis brasileiras. Considere, ainda, que a tabela a seguir apresente os valores resultantes dessas estimativas.

	Opção 1	Opção 2	Opção 3
Ativo	1.000	900	900
Passivo Exigível	700	500	700

Nesse caso, segundo o princípio da prudência, a opção 3 será a recomendável para reconhecimento do patrimônio, pois apresenta a menor situação líquida.

Comentário:

Conforme o Princípio da Prudência:

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Uma vez que todas as opções são igualmente válidas, devemos usar a menor para o Ativo (900) e a maior para o Passivo (700), como consta na opção 3.

Gabarito → Correto.

14) (CESPE/Analista do BACEN/Área 4/2013) Acerca do processo contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação, julgue o item a seguir.

O valor justo consiste em uma mensuração a valor de saída, contrariamente ao custo-histórico, que se enquadra como uma mensuração a valor de entrada.

Comentários

O item está correto. A mensuração ao valor justo toma por base um valor de saída. Vejam o que diz a Resolução n. 750/93:

Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

Toma por base, pois, o valor de saída. Todavia, o custo histórico toma por base os preços de entrada da entidade.

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

Gabarito → Correto.

15) (CESPE/Analista de Controle Externo/TCE/ES/2012) Com relação ao ambiente em que são realizados os procedimentos contábeis, julgue o item a seguir.

Compreende-se a avaliação de custo corrente como a mensuração dos passivos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa não descontados necessários à liquidação da obrigação na data de balanço.

Comentários:

Segundo a Resolução n. 750/93:

II – **Variação do custo histórico.** Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente.** Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. **Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;**

Gabarito → Correto.

16) **(CESPE/TCE/RO/Ciências Contábeis/2013)** Julgue o item que se segue, relativo aos princípios da contabilidade (Resolução n.º 750/1993 e alterações posteriores).

De acordo com o princípio da competência, os efeitos de transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Comentários:

Conforme o Princípio da Competência:

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

A questão é praticamente uma cópia literal da resolução 750/93.

Gabarito → Correto.

17) **(CESPE/TCE/RO/Ciências Contábeis/2013)** Julgue o item que se segue, relativo aos princípios da contabilidade (Resolução n.º 750/1993 e alterações posteriores).

Atualmente, os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional não podem ser reconhecidos nos registros contábeis, visto que o princípio contábil da atualização monetária foi excluído em 2010.

Comentários:

Vejamos o que diz a resolução 750/93 sobre a atualização monetária, dentro do princípio do Registro pelo Valor Original:

e) **Atualização monetária.** Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

O princípio da atualização monetária continua com o mesmo teor do que prescrevia a Resolução 750/93 antes do CFC 1.282/10. O que houve foi a mudança de posicionamento, tornando-se “espécie” do genérico princípio do Registro pelo Valor Original.

Gabarito → Errado.

18) **(CESPE/Auditor Fiscal do Trabalho/2013)** Conforme o princípio contábil da entidade, a soma ou agregação contábil não resulta em uma nova entidade, mas em uma unidade de natureza econômico-financeira.

Comentários

O item está correto. Conforme dissemos durante a aula, se duas entidades são obrigadas a publicar demonstrações consolidadas, não significa que elas se tornarão um único ente.

Gabarito → Correto.

19) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ/RO/2012)** A observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das normas brasileiras de contabilidade. Nesse sentido, é correto afirmar que o princípio da oportunidade:

- a) determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- b) estabelece a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
- c) reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade de diferenciar um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.
- d) refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- e) pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio consideram essa circunstância.

Comentários

Analisemos item a item. A questão quer saber acerca do princípio da oportunidade. Ele...

a) determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

O item está incorreto, já que se refere ao princípio da competência.

b) estabelece a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O item está incorreto, já que se refere ao princípio da prudência.

c) reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade de diferenciar um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

O item está incorreto, já que se refere ao princípio da entidade.

d) refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Este é o nosso gabarito.

e) pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio consideram essa circunstância.

O item está incorreto, já que se refere ao princípio da continuidade.

Gabarito → D.

20) **(CESPE/TRE MS/Analista/Contabilidade/2013)** No mês de dezembro de 2012, em uma empresa hipotética, ocorreram os fatos descritos a seguir.

- despesa de janeiro de 2013, paga em dezembro de 2012 = R\$ 1.000,00;
- despesa de dezembro de 2012, a ser paga em janeiro de 2013 = R\$ 2.000,00;
- despesa de dezembro de 2012, paga em novembro de 2012 = R\$ 4.000,00;
- receita de janeiro de 2013, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 5.000,00;
- receita de dezembro de 2012, a ser recebida em janeiro de 2013 = R\$ 6.000,00;
- receita de dezembro de 2012, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 8.000,00.

De acordo com os princípios de contabilidade, na situação hipotética acima descrita, o resultado da empresa em dezembro de 2012 foi igual a

- a) R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 14.000,00.
- c) R\$ 6.000,00.
- d) R\$ 8.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

Comentários

De acordo com o princípio da competência, as receitas e despesas devem ser computadas quando incorridas, independentemente de pagamento ou recebimento. Assim, para apuração do resultado teremos:

- Receita de dezembro de 2012, a ser recebida em janeiro de 2013 = R\$ 6.000,00;
- Receita de dezembro de 2012, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 8.000,00.
- Despesa de dezembro de 2012, a ser paga em janeiro de 2013 = R\$ 2.000,00;
- Despesa de dezembro de 2012, paga em novembro de 2012 = R\$ 4.000,00;

Assim, temos: $6.000,00 + 8.000,00 - 2.000,00 - 4.000,00 = 8.000,00$.

Gabarito → D.

21) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE/RJ/2012)** O Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis são responsáveis pela elaboração das normas contábeis comumente aceitas. Sobre essas normas, julgue o item que se segue.

O princípio do registro pelo valor original deve ser determinante, quando houver dúvida entre a sua aplicação e a aplicação do princípio da prudência.

Comentários

Nos termos da Resolução n. 750/93, o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para componentes do ativo e maior para o passivo. Todavia, quando há condições para se aplicar o princípio do registro pelo valor original, desnecessária resta a aplicação do princípio da prudência.

Gabarito → Correto.

22) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ RR/2012)** Em conformidade com o princípio contábil da competência, quando determinada entidade reconhece um ativo circulante em consequência de uma venda a prazo, supõe-se o reconhecimento das despesas correlatas.

Comentários

O artigo 9º, parágrafo único da Resolução n. 750 prega que deve haver O a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

Assim, e este assunto ficará mais claro no decorrer do curso, quando realizamos uma venda a prazo, entregando a mercadoria, devemos reconhecer a receita de venda. Ao mesmo tempo, deve-se dar baixa desta mercadoria na contabilidade da nossa empresa. Esta baixa é gerada em uma conta de despesa, chamada "custo da mercadoria vendida".

Gabarito → Correto.

23) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ RR/2012)** O princípio do registro pelo valor original determina que os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional não sejam reconhecidos nos registros contábeis.

Comentários

Segundo a Resolução de n. 750/93 do CFC:

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

e) Atualização monetária. **Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.**

Gabarito → Errado.

24) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE/RJ/2012)** O Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis são responsáveis pela elaboração das normas contábeis comumente aceitas. Sobre essas normas, julgue o item que se segue.

De acordo com o princípio da competência, todas as variações patrimoniais devem ser registradas de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Comentários

O item está incorreto, uma vez que se refere ao princípio da oportunidade e não ao princípio da competência.

Gabarito → Errado.

25) **(CESPE/Agente de Polícia Federal/2012)** Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de contabilidade.

De acordo com o princípio do registro do valor original, a atualização monetária não representa nova avaliação, mesmo gerando o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante aplicação de indexadores e outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda.

Comentários

A atualização monetária deixou de ser princípio e passou a ser subprincípio do registro pelo valor original.

A norma prega que:

e) ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – **a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.** (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Gabarito → Correto.

26) **(CESPE/Agente de Polícia Federal/2012)** Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de contabilidade.

Segundo o princípio da oportunidade, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação, pois a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

Comentários

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

Este princípio também ganhou nova roupagem, mais enxuta. A informação contábil necessita ser **TEMPESTIVA E ÍNTEGRA** (essas são as duas palavras chaves). A tempestividade ajuda de modo consistente na produção de informação para a tomada de decisões acertadas. Quanto mais tempestiva (rápida) uma informação, mais subjetiva ela se torna, uma vez que a rápida produção de uma informação contábil pode estar desprovida de elementos que provem sua integridade e confiabilidade, e vice-versa. Por exemplo, uma S/A anuncia a venda de uma filial no momento em seguida à realização da venda (logo após fechar o negócio). O anúncio é feito verbalmente na imprensa, sem explicar pormenorizadamente a situação. Essa informação foi tempestiva (até demais), porém, não foi íntegra, pois não se pautou em documentos, notas, contratos, que são documentos que garantiriam a fidedignidade da informação contábil. Por isso, deve-se fazer a **PONDERAÇÃO** entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Gabarito → Correto.

27) **(CESPE/Contador/FUB/2011)** A partir da NBC T1, que define a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, todas as entidades contábeis devem seguir exclusivamente o regime de competência.

Comentários

O regime a se utilizar na contabilidade é o da competência, que contabiliza receitas e despesas quando incorridas.

Todavia, as micro e pequenas empresas podem se utilizar do **regime de caixa**.

Dispõe a Resolução n. 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional que:

Art. 61. A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá adotar para os registros e controles das operações e prestações por ela realizadas: (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 26, §§ 2.º e 4.º)

I - Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira e bancária;

(...)

§ 3.º A apresentação da escrituração contábil, em especial do Livro Diário e do Livro Razão, dispensa a apresentação do Livro Caixa.

O livro caixa escritura receitas e despesas conforme haja pagamento ou recebimento. Por seu turno, livros diário e razão coadunam com o princípio da competência. Portanto, a questão tomou como absoluto algo que comporta uma pequena exceção.

Gabarito → Errado.

28) **(CESPE/Técnico em Contabilidade/TJ ES/2011)** Apesar de sua relevância, o princípio da competência não prevalece sobre os demais princípios contábeis.

Comentários

O item está correto. Não há hierarquia entre os princípios contábeis. A interpretação entre eles deve se dar de maneira harmônica.

Gabarito → Correto.

29) **(CESPE/PC/ES/Perito Criminal/2011)** Com respeito aos princípios contábeis fundamentais, conforme normatizados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens a seguir.

O reconhecimento dos fatos contábeis apenas por ocasião de seu efetivo recebimento ou pagamento é prática condenável na contabilidade brasileira, tendo em vista que viola o princípio da competência contábil.

Comentários

O item está incorreto.

O regime a se utilizar na contabilidade é o da competência, que contabiliza receitas e despesas quando incorridas.

Todavia, as micro e pequenas empresas podem se utilizar do **regime de caixa**.

Dispõe a Resolução n. 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional que:

Art. 61. A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá adotar para os registros e controles das operações e prestações por ela realizadas: (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 26, §§ 2.º e 4.º)

I - Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira e bancária;

(...)

§ 3º A apresentação da escrituração contábil, em especial do Livro Diário e do Livro Razão, dispensa a apresentação do Livro Caixa.

O livro caixa escritura receitas e despesas conforme haja pagamento ou recebimento. Por seu turno, livros diário e razão coadunam com o princípio da competência. Portanto, a questão tomou como absoluto algo que comporta uma pequena exceção.

Questão confusa, gerou muitos comentários, porém, incorreta.

Gabarito → Errado.

30) **(CESPE/Técnico em Contabilidade/TRE/ES/2011)** De acordo com o princípio da comparabilidade, uma entidade deve aplicar e divulgar determinada política contábil, visto que esse procedimento contribui para que os usuários sejam capazes de comparar as demonstrações contábeis que apresentar ao longo do tempo e, também, suas demonstrações contábeis com as de diferentes entidades.

Comentários

Segundo o CPC 00:

QC20. As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

QC21. **Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.**

O que ficou estranho, nessa questão, foi que o Cespe chamou a característica qualitativa da Comparabilidade de "Princípio". Mas em questões posteriores a Banca chamou a Comparabilidade de Característica qualitativa, o que indica que nessa questão apenas houve um lapso do Cespe.

Gabarito → Correto

31) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE/ES/2011)** Com referência a conceitos abásicos de contabilidade, julgue o item seguinte.

A observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

Comentários

O princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado. Assim, devemos apropriar receitas e despesas no resultado no pressuposto de que a entidade continuará funcionando.

Gabarito → Correto.

32) **(CESPE/Analista/TRE/ME/2010)** Determinada indústria foi contratada no mês de janeiro/20X3 para montar um computador de grande porte para entrega futura. Em março/20X3, o contratante adiantou-lhe 60% do preço do computador para aquisição de peças e acessórios necessários ao início da montagem dos acabamentos do equipamento. No final de abril/20X3, a contratada já estava com o hardware encomendado em fase de testes e embalagem. No início de junho/20X3, foi feita a entrega do computador ao encomendante, mediante o recebimento de 10% do preço acordado. Os restantes 30% foram pagos pelo cliente no mês de agosto/20X3.

Nessa situação, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, o reconhecimento da receita de vendas na referida indústria deve ser corretamente feito no mês de:

- a) janeiro.
- b) março.
- c) abril.
- d) junho.
- e) agosto.

Comentários

Pelo regime de competência, as receitas e despesas devem ser reconhecidas quando incorridas. No caso da venda de mercadorias, o reconhecimento da receita se dá com a tradição, isto é, a entrega da mercadoria ao cliente, quando há transferência da propriedade. Com efeito, a receita deverá ser reconhecida em junho.

Gabarito → D.

33) **(CESPE/Analista/MPU/2010)** Para o Conselho Federal de Contabilidade brasileiro, os conceitos de entidade contábil e de continuidade, mais do que princípios, são postulados, axiomas com base nos quais se constrói a teoria contábil.

Comentários

O item está incorreto. O CFC, através da Resolução de n. 750/93, apenas põe a entidade e a continuidade como princípios, não os elevando à categoria de postulados ou axiomas.

Gabarito → Errado.

34) **(CESPE/Embasa/2009)** O princípio da competência significa que os fatos devem ser reconhecidos no patrimônio, isto é, registrados contabilmente independentemente do recebimento ou pagamento.

Comentários

O item está correto. Trata-se da correta sistemática do regime de competência.

Gabarito → Correto.

35) **(CESPE/Auditor do Estado/Secont/ES/2009)** A fim de atingir seus objetivos, as demonstrações contábeis devem ser preparadas em conformidade com o regime de caixa. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando são recebidos ou pagos.

Comentários

O item está incorreto. O CPC 00 (Estrutura conceitual básica) reza que as demonstrações contábeis devem ser preparadas sob a égide do regime de competência. De igual maneira prescreve a Lei 6.404/76, ao dispor:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações **patrimoniais segundo o regime de competência**.

Gabarito → Errado.

36) (CESPE/Técnico de atividades de meio ambiente/IBRAM/2009)

Considere a situação em que a administração de determinada entidade contábil tenha admitido um empregado. Sabendo-se que esse empregado irá trabalhar e gerar despesas certas, é correto que o seu salário seja registrado no momento de sua admissão, tendo em vista o princípio da oportunidade.

Comentários

O item está incorreto. A administração de um empregado é apenas um ato administrativo, não gera efeito no patrimônio. O reconhecimento de uma despesa de salário é feito no último dia do mês, segundo o princípio da competência.

Gabarito → Errado

37) (CESPE/Auditoria governamental/TCU/2008) A estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da CVM recomenda que as incertezas que envolvem certos eventos e circunstâncias sejam tratadas com prudência, não se superestimando ativos e receitas, e não se subestimando passivos e despesas. O limite da prudência deve ter em conta a neutralidade, a imparcialidade, de modo a evitar, por exemplo, a formação de reservas ocultas ou provisões excessivas.

Comentários:

Esta questão versa sob a estrutura antiga do CPC 00. Mas vale a pena comentá-la, mesmo na égide de uma legislação ultrapassada.

Conforme o texto do pronunciamento CPC 00 (**texto revogado**):

Prudência

37. Os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer.

Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações contábeis.

Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados.

Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.

Gabarito → Correto.

38) **(CESPE/Agente de Polícia Federal/2004)** Ao avaliar um passivo, no caso de dúvidas acerca do valor de determinado item patrimonial, a empresa deverá registrar o maior valor obtido, contrariamente ao que ocorre na avaliação de ativos, em que deve ser registrado o menor valor obtido.

Comentários

A questão trata de um princípio contábil chamado princípio da prudência.

O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O entendimento é o seguinte: quando se apresentem alternativas válidas para quantificação das mutações patrimoniais que alterem o PL, escolhe-se o menor valor para o Ativo, e maior valor para o Passivo. Assim, se é possível que a conta clientes fique avaliada pelo total de vendas, no montante de R\$ 100.000,00, mas, se é possível também estimar que 5% desses valores não serão recebíveis, deveremos fazer a provisão adequada, em homenagem ao princípio da prudência.

Portanto, o item está correto.

Gabarito → Correto.

39) **(CESPE/Técnico em Contabilidade/PF/2004)** A contabilidade, desde seu aparecimento como conjunto ordenado de conhecimentos, com objeto e finalidades definidos, tem sido considerada como arte, como técnica ou como ciência, de acordo com a orientação seguida pelos doutrinadores ao enquadrá-la no elenco das espécies do saber humano.

Hilário Franco. Contabilidade geral. São Paulo: Atlas, 1997, p. 19 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando o assunto por ele abordado, julgue o item a seguir.

Cinco são os princípios fundamentais de contabilidade: registro pelo valor original, competência, atualização monetária, prudência e oportunidade. Entidade e continuidade são considerados postulados contábeis.

Comentários

Os princípios contábeis hoje existentes, com as modificações provenientes da Resolução 1.282/2010 do CFC, são: entidade, registro pelo valor original, continuidade, competência, oportunidade, prudência.

Gabarito → Errado.

40) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

Na aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre os aspectos formais.

Comentários

Segundo o artigo 1, §2º, da Resolução n. 750/93 do CFC:

§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

Gabarito → Correto.

41) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

A continuidade ou não da entidade não deve ser necessariamente considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

Comentários

A presunção é sempre a de que a entidade estará em funcionamento contínuo.

O princípio da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa.

Basicamente, **todo o ativo fica registrado por valores de entrada**. Por exemplo, as máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a

empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa.

Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

Assim, **na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.**

No caso do passivo, se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passam a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim, vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).

Gabarito → Errado.

42) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.

Comentários

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser **INICIALMENTE** registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **CUSTO HISTÓRICO.** Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

Com efeito, a avaliação dos componentes patrimoniais se dá, inicialmente, ao preço de entrada. Este preço de entrada pode advir do consenso com

fornecedores ou pela imposição destes em determinada compra, por exemplo. Logo, o item está correto.

Gabarito → Correto.

43) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

De acordo com o regime de competência, as receitas consideram-se realizadas, nas transações com terceiros, quando estes efetuam o pagamento.

Comentários

O item está incorreto.

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, **independentemente do recebimento ou pagamento.**

Gabarito → Errado.

44) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Ainda com relação à contabilidade geral, julgue o item abaixo.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte maior patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

Comentários

O item está incorreto. O princípio da prudência impõe a adoção do maior passivo e menor ativo, conseqüentemente a opção deve se dar pelo menor patrimônio líquido.

Gabarito → Errado.

45) **(CESPE/Analista de Controle Externo/TCU/2001)** Julgue o item abaixo, relativo a princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

A aplicação do princípio da prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devam ser feitas estimativas que envolvam incertezas de grau variável.

Comentários

Segundo a Resolução CFC n. 750/93:

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

A questão, portanto, está correta. O entendimento é o seguinte: quando se apresentarem alternativas válidas para quantificação das mutações patrimoniais que alterem o PL, escolhe-se o **menor valor para o ativo e maior valor para o passivo**. Assim, se é possível que a conta clientes fique avaliada pelo total de vendas, no montante de R\$ 100.000,00, e é possível também estimar que 5% desses valores não serão recebíveis, deveremos fazer a provisão adequada, em homenagem ao princípio da prudência.

Gabarito → Correto.

13 QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

- 1) **(CESPE/Contador/DPU/2016)** Conforme o princípio patrimonialista, o patrimônio é o objeto da contabilidade.
- 2) **(CESPE/Contador/DPU/2016)** O princípio da competência, que se refere à simultaneidade do reconhecimento de receitas e despesas correlatas, deve ser observado ao se elaborar a demonstração do resultado do exercício.
- 3) **(CESPE/Contador/DPU/2016)** Conforme os princípios da prudência e da oportunidade, os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- 4) **(CESPE/Analista/MPU/2015)** De acordo com a Resolução CFC n.º 750/1993, a observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

É possível vislumbrar a capacidade futura de geração de caixa de uma empresa ao se utilizar o princípio da competência como pressuposto para os registros contábeis.

- 5) **(CESPE/Analista/MPU/2015)** De acordo com a Resolução CFC n.º 750/1993, a observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

Nos casos em que são aplicados indexadores em contas de ativo com a intenção de representar a variação do poder aquisitivo da moeda corrente, em determinado período, há observância do princípio do registro pelo valor original.

- 6) **(CESPE/SUFRAMA/Técnico de Contabilidade/2014)** Com relação aos princípios de contabilidade aprovados e divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue o item subsequente.

Dado o princípio do registro pelo valor original, os ativos devem ser inicialmente registrados pelo valor do desembolso necessário a sua aquisição, podendo, entretanto, ser mensurados pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los.

- 7) **(CESPE/SUFRAMA/Técnico de Contabilidade/2014)** Com relação aos princípios de contabilidade aprovados e divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue o item subsequente.

Em obediência ao princípio contábil da entidade, o conglomerado econômico deve elaborar um balanço patrimonial consolidado no qual seu patrimônio seja representado adequadamente, com as adições e exclusões que o processo de consolidação exige.

8) **(CESPE/SUFRAMA/Técnico de Contabilidade/2014)** Com relação aos princípios de contabilidade aprovados e divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue o item subsecutivo.

A relevância está relacionada ao princípio da oportunidade, mas condicionada à confiabilidade da informação que será divulgada.

9) **(CESPE/TC-DF/ACE/2014)** Com relação aos princípios e aos regimes contábeis e às características qualitativas da informação contábil, julgue o item a seguir.

A relação entre confiabilidade e oportunidade da informação contábil é a base principal para a aplicação do princípio do registro pelo valor original.

10) **(CESPE/Contador/PF/2014)** Julgue o seguinte item, tendo como parâmetro os princípios contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

De acordo com o princípio da prudência, o contador deve utilizar certo grau de precaução nos julgamentos com vistas à realização de estimativas em condições de incerteza, de modo a evitar que ativos e receitas sejam subestimados e que passivos e despesas sejam superestimados.

11) **(CESPE/Auditor Fiscal do Trabalho/2013)** Julgue o próximo item, relativo aos princípios de contabilidade fixados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O cumprimento do princípio da prudência é indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

12) **(CESPE/Auditor Fiscal do Trabalho/2013)** Conforme o princípio contábil da entidade, a soma ou agregação contábil não resulta em uma nova entidade, mas em uma unidade de natureza econômico-financeira.

13) **(CESPE/DPF/Perito - Área 1/2013)** Julgue o item seguinte, de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Considere que o contador de determinada sociedade empresária tenha observado ser possível utilizar três opções para quantificar as mutações patrimoniais, todas igualmente válidas, de acordo com as normas contábeis

brasileiras. Considere, ainda, que a tabela a seguir apresente os valores resultantes dessas estimativas.

	Opção 1	Opção 2	Opção 3
Ativo	1.000	900	900
Passivo Exigível	700	500	700

Nesse caso, segundo o princípio da prudência, a opção 3 será a recomendável para reconhecimento do patrimônio, pois apresenta a menor situação líquida.

14) (CESPE/Analista do BACEN/Área 4/2013) Acerca do processo contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação, julgue o item a seguir.

O valor justo consiste em uma mensuração a valor de saída, contrariamente ao custo-histórico, que se enquadra como uma mensuração a valor de entrada.

15) (CESPE/Analista de Controle Externo/TCE/ES/2012) Com relação ao ambiente em que são realizados os procedimentos contábeis, julgue o item a seguir.

Compreende-se a avaliação de custo corrente como a mensuração dos passivos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa não descontados necessários à liquidação da obrigação na data de balanço.

16) (CESPE/TCE/RO/Ciências Contábeis/2013) Julgue o item que se segue, relativo aos princípios da contabilidade (Resolução n.º 750/1993 e alterações posteriores).

De acordo com o princípio da competência, os efeitos de transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

17) (CESPE/TCE/RO/Ciências Contábeis/2013) Julgue o item que se segue, relativo aos princípios da contabilidade (Resolução n.º 750/1993 e alterações posteriores).

Atualmente, os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional não podem ser reconhecidos nos registros contábeis, visto que o princípio contábil da atualização monetária foi excluído em 2010.

18) (CESPE/Auditor Fiscal do Trabalho/2013) Conforme o princípio contábil da entidade, a soma ou agregação contábil não resulta em uma nova entidade, mas em uma unidade de natureza econômico-financeira.

19) (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ/RO/2012) A observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da

profissão e constitui condição de legitimidade das normas brasileiras de contabilidade. Nesse sentido, é correto afirmar que o princípio da oportunidade:

- a) determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- b) estabelece a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
- c) reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade de diferenciar um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.
- d) refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- e) pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio consideram essa circunstância.

20) **(CESPE/TRE MS/Analista/Contabilidade/2013)** No mês de dezembro de 2012, em uma empresa hipotética, ocorreram os fatos descritos a seguir.

- despesa de janeiro de 2013, paga em dezembro de 2012 = R\$ 1.000,00;
- despesa de dezembro de 2012, a ser paga em janeiro de 2013 = R\$ 2.000,00;
- despesa de dezembro de 2012, paga em novembro de 2012 = R\$ 4.000,00;
- receita de janeiro de 2013, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 5.000,00;
- receita de dezembro de 2012, a ser recebida em janeiro de 2013 = R\$ 6.000,00;
- receita de dezembro de 2012, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 8.000,00.

De acordo com os princípios de contabilidade, na situação hipotética acima descrita, o resultado da empresa em dezembro de 2012 foi igual a

- a) R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 14.000,00.
- c) R\$ 6.000,00.
- d) R\$ 8.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

21) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE/RJ/2012)** O Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis são responsáveis pela elaboração das normas contábeis comumente aceitas. Sobre essas normas, julgue o item que se segue.

O princípio do registro pelo valor original deve ser determinante, quando houver dúvida entre a sua aplicação e a aplicação do princípio da prudência.

22) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ RR/2012)** Em conformidade com o princípio contábil da competência, quando determinada entidade reconhece um ativo circulante em consequência de uma venda a prazo, supõe-se o reconhecimento das despesas correlatas.

23) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ RR/2012)** O princípio do registro pelo valor original determina que os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional não sejam reconhecidos nos registros contábeis.

24) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE/RJ/2012)** O Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis são responsáveis pela elaboração das normas contábeis comumente aceitas. Sobre essas normas, julgue o item que se segue.

De acordo com o princípio da competência, todas as variações patrimoniais devem ser registradas de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

25) **(CESPE/Agente de Polícia Federal/2012)** Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de contabilidade.

De acordo com o princípio do registro do valor original, a atualização monetária não representa nova avaliação, mesmo gerando o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante aplicação de indexadores e outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda.

26) **(CESPE/Agente de Polícia Federal/2012)** Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de contabilidade.

Segundo o princípio da oportunidade, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação, pois a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

27) **(CESPE/Contador/FUB/2011)** A partir da NBC T1, que define a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, todas as entidades contábeis devem seguir exclusivamente o regime de competência.

28) **(CESPE/Técnico em Contabilidade/TJ ES/2011)** Apesar de sua relevância, o princípio da competência não prevalece sobre os demais princípios contábeis.

29) **(CESPE/PC/ES/Perito Criminal/2011)** Com respeito aos princípios contábeis fundamentais, conforme normatizados pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens a seguir.

O reconhecimento dos fatos contábeis apenas por ocasião de seu efetivo recebimento ou pagamento é prática condenável na contabilidade brasileira, tendo em vista que viola o princípio da competência contábil.

30) **(CESPE/Técnico em Contabilidade/TRE/ES/2011)** De acordo com o princípio da comparabilidade, uma entidade deve aplicar e divulgar determinada política contábil, visto que esse procedimento contribui para que os usuários sejam capazes de comparar as demonstrações contábeis que apresentar ao longo do tempo e, também, suas demonstrações contábeis com as de diferentes entidades.

31) **(CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE/ES/2011)** Com referência a conceitos abásicos de contabilidade, julgue o item seguinte.

A observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

32) **(CESPE/Analista/TRE/ME/2010)** Determinada indústria foi contratada no mês de janeiro/20X3 para montar um computador de grande porte para entrega futura. Em março/20X3, o contratante adiantou-lhe 60% do preço do computador para aquisição de peças e acessórios necessários ao início da montagem dos acabamentos do equipamento. No final de abril/20X3, a contratada já estava com o hardware encomendado em fase de testes e embalagem. No início de junho/20X3, foi feita a entrega do computador ao encomendante, mediante o recebimento de 10% do preço acordado. Os restantes 30% foram pagos pelo cliente no mês de agosto/20X3.

Nessa situação, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, o reconhecimento da receita de vendas na referida indústria deve ser corretamente feito no mês de:

- a) janeiro.
- b) março.
- c) abril.
- d) junho.
- e) agosto.

33) **(CESPE/Analista/MPU/2010)** Para o Conselho Federal de Contabilidade brasileiro, os conceitos de entidade contábil e de continuidade, mais do que princípios, são postulados, axiomas com base nos quais se constrói a teoria contábil.

34) **(CESPE/Embasa/2009)** O princípio da competência significa que os fatos devem ser reconhecidos no patrimônio, isto é, registrados contabilmente independentemente do recebimento ou pagamento.

35) **(CESPE/Auditor do Estado/Secont/ES/2009)** A fim de atingir seus objetivos, as demonstrações contábeis devem ser preparadas em conformidade com o regime de caixa. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando são recebidos ou pagos.

36) **(CESPE/Técnico de atividades de meio ambiente/IBRAM/2009)** Considere a situação em que a administração de determinada entidade contábil tenha admitido um empregado. Sabendo-se que esse empregado irá trabalhar e gerar despesas certas, é correto que o seu salário seja registrado no momento de sua admissão, tendo em vista o princípio da oportunidade.

37) **(CESPE/Auditoria governamental/TCU/2008)** A estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da CVM recomenda que as incertezas que envolvem certos eventos e circunstâncias sejam tratadas com prudência, não se superestimando ativos e receitas, e não se subestimando passivos e despesas. O limite da prudência deve ter em conta a neutralidade, a imparcialidade, de modo a evitar, por exemplo, a formação de reservas ocultas ou provisões excessivas.

38) **(CESPE/Agente de Polícia Federal/2004)** Ao avaliar um passivo, no caso de dúvidas acerca do valor de determinado item patrimonial, a empresa deverá registrar o maior valor obtido, contrariamente ao que ocorre na avaliação de ativos, em que deve ser registrado o menor valor obtido.

39) **(CESPE/Técnico em Contabilidade/PF/2004)** A contabilidade, desde seu aparecimento como conjunto ordenado de conhecimentos, com objeto e finalidades definidos, tem sido considerada como arte, como técnica ou como ciência, de acordo com a orientação seguida pelos doutrinadores ao enquadrá-la no elenco das espécies do saber humano.

Hilário Franco. Contabilidade geral. São Paulo: Atlas, 1997, p. 19 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando o assunto por ele abordado, julgue o item a seguir.

Cinco são os princípios fundamentais de contabilidade: registro pelo valor original, competência, atualização monetária, prudência e oportunidade. Entidade e continuidade são considerados postulados contábeis.

40) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

Na aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre os aspectos formais.

41) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

A continuidade ou não da entidade não deve ser necessariamente considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

42) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.

43) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item a seguir.

De acordo com o regime de competência, as receitas consideram-se realizadas, nas transações com terceiros, quando estes efetuam o pagamento.

44) **(CESPE/Fiscal de Tributos Estaduais/AL/2002)** Ainda com relação à contabilidade geral, julgue o item abaixo.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte maior patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

45) **(CESPE/Analista de Controle Externo/TCU/2001)** Julgue o item abaixo, relativo a princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

A aplicação do princípio da prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devam ser feitas estimativas que envolvam incertezas de grau variável.

14 GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	E	26	C
2	C	27	E
3	E	28	C
4	C	29	E
5	C	30	C
6	C	31	C
7	E	32	D
8	C	33	E
9	E	34	C
10	E	35	E
11	E	36	E
12	ANULADA	37	C
13	C	38	C
14	C	39	E
15	C	40	C
16	C	41	E
17	E	42	C
18	C	43	E
19	D	44	E
20	D	45	C
21	C		
22	C		
23	E		
24	E		
25	C		